

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 8 de dezembro de 2000

Ano 2 Nº 44

CPI da Sonegação decide periciar disquetes

Comissão busca elucidar as razões que levaram o Conselho Estadual de Contribuintes (CEC) a cancelar uma multa de R\$ 17 milhões contra o grupo Makenji, de Florianópolis

Se os fiscais da Secretaria da Fazenda tivessem tido o cuidado de imprimir o teor das informações existentes nos 167 disquetes apreendidos na sede do grupo Makenji e o representante da empresa assinasse estes papéis, os discos magnéticos poderiam tranquilamente servir como prova de sonegação fiscal nas notificações apresentadas pela Fiscalização. A declaração é do conselheiro André Luiz Silveira Machado, depoente na CPI da Sonegação Fiscal, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT).

Machado, que foi um dos relatores do processo contra o grupo Makenji, afirmou categoricamente que os disquetes podiam ser adulterados sem deixar vestígios. Pela legislação tributária, "a dúvida beneficia o contribuinte", assim sendo, o conselheiro achou melhor dar seu voto pela anulação da multa notificada.

Apesar da controvérsia existente sobre os disquetes, ninguém da Secretaria da Fazenda ou do CEC solicitou uma perícia

nos discos magnéticos para comprovar a autenticidade e integralidade deles antes dos julgamentos efetuados. Posteriormente, a Procuradoria da Fazenda pediu uma perícia, que foi então negada pelo CEC.

Após este depoimento, os deputados que integram a CPI decidiram requisitar ao Ministério Público todos os disquetes nos quais estão baseadas as multas por sonegação de impostos aplicados contra o grupo Makenji, que foram anuladas neste ano pelo secretário da Fazenda. A proposta para que os disquetes sejam examinados por especialistas em informática foi feita pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB).

Depoimentos interrompidos - Estavam marcados mais cinco depoimentos para esta semana, todos de conselheiros do Conselho Estadual de Contribuintes (CEC), porém apenas o primeiro foi ouvido, uma vez que os integrantes da CPI não tinham em seu poder uma cópia do processo, que

poderia auxiliar bastante nos trabalhos. Os demais depoimentos serão tomados apenas no início de 2001, quando as atividades da Comissão serão reiniciadas oficialmente.

(foto Alberto Neves)



André Luiz Silveira Machado: voto pela anulação da multa

Escola do Legislativo é realidade em Santa Catarina

(foto Jonas Lemos Campos)



Legisladores e técnicos participam de seminário

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), consolidou um dos mais importantes projetos de sua administração: a implantação da Escola do Legislativo do Estado de Santa Catarina, cujo lançamento oficial aconteceu nesta quarta-feira (6), durante sessão solene. Na oportunidade foi aberto o I Seminário da Escola, com o tema *Legislativo Catarinense – do Compromisso ao*

Comprometimento.

A Escola tem entre seus objetivos propiciar a formação permanente, em níveis diferenciados, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural, bem como desenvolver programas de ensino objetivando a formação de futuras lideranças comunitárias e políticas.

Para Knaesel, este é mais um passo de qualidade no exercício da representação popular, através do qual deputados, vereadores, assessores e servidores do legislativo poderão buscar conhecimento e informações sobre as práticas inerentes ao Poder Legislativo.

OPINIÃO

Gás natural é a nova opção



Até o ano de 2003, possivelmente a região Oeste já estará sendo servida pelo gás natural proveniente da Argentina, o que representará um gigantesco impulso na economia e no desenvolvimento regional. Esta sinalização partiu do presidente da empresa SCGás, Luiz Gomes, ao fazer uma explanação aos deputados da região Oeste a respeito desse assunto, que tem despertado o interesse de todas as regiões catarinenses. Afinal, o preço do gás natural é bem mais barato do que a energia elétrica.

A princípio, o que estava em questão era a utilização do gás proveniente da Bolívia, que já está atendendo a diversos pontos do País. Porém, como bem observou o presidente da SCGás, o gás boliviano teria de fazer um trajeto de mais de 600 quilômetros para atingir o Oeste catarinense. O duto que traz o gás proveniente da Argentina, por sua vez, passará necessariamente por Santa Catarina, indo até São Paulo, ou seja, o estado catarinense já está no caminho do gasoduto.

Mais recentemente, o gás natural virou a opção para abastecimento das indústrias. À direção da SCGás é crescente o número de consultas

e de pedidos para estender o atendimento desse produto a todos os quadrantes do estado. Com forte desenvolvimento industrial, Santa Catarina precisa do gás natural para o funcionamento do seu parque fabril a custos mais competitivos, especialmente quando o mundo passa pelo processo da globalização. Justificadamente, lideranças políticas e empresariais catarinenses têm-se empenhado em conseguir esse benefício do gás.

O primeiro programa de distribuição (gás boliviano) compreende a construção de um duto de 3.150 quilômetros de extensão, desde a cidade de Rio Grande, na Bolívia, a Porto Alegre (RS), atravessando cinco estados e 135 municípios brasileiros. Em Santa Catarina, esse projeto prevê o atendimento a 27 cidades. Só no trecho brasileiro o custo do investimento é da ordem de 1 bilhão 719 milhões de dólares. Em março passado foi inaugurada a segunda fase do gasoduto (gás boliviano) para atender à demanda da região Sul do Brasil.

Estamos organizando um novo encontro, desta vez no Oeste – possivelmente em Chapecó –, para o mês de abril vindouro, com a presença da diretoria da SCGás e empresários da região.

Deputado Milton Sander (PPB)

O sucesso de Jaraguá do Sul



No dia 30 de novembro, o jornal Diário Catarinense divulgou o ranking dos municípios com melhor Índice de Desenvolvimento Social (IDS) de Santa Catarina. A pesquisa, realizada pela diretoria de Desenvolvimento Urbano da secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado, apontou pela segunda vez consecutiva Jaraguá do Sul com índice mais alto. O resultado, particularmente, não me surpreendeu,

embora me deixe extremamente orgulhoso. Como ex-prefeito da cidade e, acima de tudo, cidadão jaraguense, conheço o potencial do município e os investimentos maciços feitos nas áreas de saúde, educação e emprego.

Pode-se dizer que Jaraguá do Sul é uma cidade ímpar no território catarinense. Embora não seja considerada uma das maiores do Estado nem muito conhecida nacionalmente, o município abriga empresas de grande porte e mantém um nível de qualidade de vida muito acima do existente na maioria das cidades brasileiras. Nos últimos anos, boa parte dos prefeitos que administraram Jaraguá tem direcionado seus programas e projetos a áreas sociais, sem esquecer, obviamente, do

crescimento comercial e industrial da cidade.

Não há como negar que o resultado da pesquisa é fruto de um trabalho que começou em 1982, quando o PMDB conquistou a prefeitura e assumiu um compromisso de dar aos jaraguenses um estilo de vida melhor e mais oportunidades. Por conta de investimentos na educação, principalmente no ensino fundamental, fomos agraciados com prêmios internacionais por parte da Unesco e por entidades ligadas à assistência infantil.

Nossa renda per capita é uma das maiores do Estado, muito em função das empresas de grande porte (como a Weg) que fazem parte do nosso parque industrial. Além de garantir empregos diretos no município e também na região Norte catarinense, essas empresas contribuem de forma significativa para a arrecadação mensal de Jaraguá do Sul. Com isso, a administração municipal tem sempre recursos disponíveis para investimentos em saúde, saneamento básico, abastecimento de água e transporte.

Ser apontada como a cidade com melhor Índice de Desenvolvimento Social em Santa Catarina, com certeza, impõe a Jaraguá do Sul responsabilidades e, ao mesmo tempo, abre novas perspectivas de desenvolvimento para o século XXI.

Deputado Ivo Konell (PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uezai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Knaesel recebe comitiva chinesa

(foto Alberto Neves)

Incentivado pelo sucesso dos contatos estabelecidos entre a Assembléia catarinense e a província chinesa de Hei Long Jiang, o vice-governador da província de Henan, Li Chengyu, visitou nesta segunda-feira (4) o presidente Gilmar Knaesel. Chengyu pretende, com este contato, abrir portas para futuros acordos de cooperação que dêem origem a relacionamentos comerciais e culturais entre sua província e Santa Catarina.

O vice-governador destacou o trabalho realizado pela delegação chefiada por Knaesel em visita à China em julho deste ano, quando uma série de acordos comerciais foram iniciados com a província de Hei Long Jiang, entre eles a instalação de uma montadora de tratores e de uma



Chineses presentiam Presidente

faculdade de especialização em medicina tradicional chinesa na cidade de Pomerode. A viagem também preparou o terreno para a ida do governador Esperidião Amin à China, de

onde retornou com importantes acordos fechados, principalmente no setor agrícola.

Knaesel falou à delegação chinesa sobre o mercado catarinense, suas principais atividades e potencialidades. Mencionou o turismo, até pela presença do secretário de Turismo de Henan, enfatizando o atual crescimento e os investimentos no

setor em Santa Catarina. Outros tópicos abordados foram a produção agrícola e a indústria têxtil, passando pelos pontos mais fortes da economia catarinense.

Presidentes dos países do Mercosul na Capital

Os presidentes do Poder Legislativo, deputado Gilmar Knaesel (PPB), e da Comissão Especial para Assuntos do Mercosul, deputado Milton Sander (PPB), serão os anfitriões do Encontro das Organizações Interparlamentares no Mercosul, que acontece em Florianópolis, na Assembléia, no próximo dia 14 de dezembro. Como de 13 a 15 de dezembro a Capital sediará o encontro dos presidentes da República dos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), Knaesel e Sander aproveitarão para entregar reivindicações aos referidos presidentes, elaboradas no encontro da União Parlamentar do Mercosul, ocorrido em Mendoza, na Argentina. Também foram convidados para o encontro os presidentes da República do Chile, da Bolívia e da África do Sul.

Constam dos pedidos a ligação do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico via rodovia e ferroviária, a implantação do gasoduto Argentina/Brasil, passando pelo Oeste de Santa Catarina e do Paraná, e apoio para a instalação do Parlamento do Mercosul – semelhante ao Parlamento Comum Europeu.

Knaesel lembra que o Mercosul é um processo irreversível e que as reivindicações a ser apresentadas aos presidentes dos países do Mercosul são necessárias para que ele avance.

Embaixador do Brasil no Reino Unido visita Assembléia

(foto Jonas Lemos Campos)

Por iniciativa dos deputados Ivan Ranzolin (PPB), Jaime Mantelli (PDT), Lício da Silveira (PPB) e Moacir Sopelsa (PMDB), que representaram o Estado na Feira Internacional de Turismo, em Londres, a Assembléia promoveu nesta segunda-feira (4) sessão especial com a presença do embaixador do Brasil no Reino Unido, Sérgio Amaral, para tratar do desenvolvimento do turismo e da indústria catarinense na integração Brasil/Mercosul/Reino Unido. O secretário da Justiça, Paulo César de Oliveira, o presidente da Santur, Flávio Coelho, o conselheiro do TC, Gilson dos Santos, e representantes dos setores envolvidos na discussão participaram da reunião.

Amaral informou que a sua embaixada trabalha com um projeto piloto da indústria moveleira do Estado, já que o produto atende aos padrões dos consumidores europeus pelo fato de a madeira extraída da fabricação dos móveis ser oriunda de reflorestamento. Anunciou também a instalação de quatro escritórios de turismo do Brasil no exterior.

Enquanto Ranzolin enalteceu o tra-



Embaixador Sérgio Amaral

balho da embaixada na promoção de investimentos, Mantelli lembrou da importância de mostrar o nosso potencial turístico para o mundo. Já o presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), disse que esta parceria, a exemplo de outras feitas com províncias da Itália e China, trazem novas oportunidades de intercâmbio cultural e econômico para a população catarinense.

COMISSÕES

Aplicação incorreta do Fundef é tema de audiência

Atendendo solicitação da deputada Ideli Salvatti (PT), a Comissão de Educação, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB), promoveu audiência pública que discutiu as aplicações do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Participaram do encontro representantes de vários segmentos envolvidos com o Fundef, como Secretaria Estadual de Educação, Conselho Estadual da Educação, Sindicato dos Professores Estaduais, OAB, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

A discussão central da audiência pública foi a aplicação incorreta dos recursos desse Fundo. Júlio Wiggers, coordenador do Conselho de

Acompanhamento do Fundef, diz que há distorções na aplicação da verba, citando como exemplo o pagamento dos salários dos professores inativos. A própria secretária da Educação, Miriam Schlickmann, admitiu que algumas aplicações são questionáveis, mas disse que o governo está trabalhando para corrigir as distorções.

Ideli foi enfática ao afirmar que a real proposta do Fundef não está sendo cumprida. “Se como o próprio nome diz, ou seja, que o Fundo é para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério, é preciso valorizar o professor que está em sala de aula”, argumentou a parlamentar.

Segundo o presidente da



(foto: Jonas Lemos Campos)

Secretária da Educação admite distorções na aplicação da verba

Comissão de Educação, é preciso estabelecer um compromisso entre todos os setores envolvidos nesse processo para que o pagamento dos inativos seja gradativamente eliminado das aplicações do Fundef.

Poluição da Lagoa da Conceição mobiliza deputados

O tema central da reunião da Comissão de Trabalho, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), ocorrida nesta semana, foi a poluição da Lagoa da Conceição, em Florianópolis, que já atinge índices alarmantes e que tem no esgoto a maior causa. Estiveram presentes representantes do Ministério Público, da Casan, de associações comunitárias da Lagoa da Conceição e do Sul da Ilha e entidades ambientais.

Segundo Ideli, foi realizado um levantamento sobre os projetos que podem ser executados para diminuir a poluição tanto na Lagoa como no Sul

da Ilha, mas a parlamentar afirma que é preciso a participação da prefeitura nessa discussão. “Nós, parlamentares, não podemos convocar a prefeitura, mas a Câmara de Vereadores tem o poder de convocação, portanto pensamos em fazer uma ação conjunta com a Câmara”, salientou. A deputada lembrou aos participantes que

existem soluções imediatas para o problema do esgoto – algumas coletivas e outras individuais. “Vamos levar adiante essa discussão a fim de que possamos ter ações concretas para combater esse grave problema da poluição”, finalizou a parlamentar.

A poluição da Lagoa da Conceição, em Florianópolis, já atinge índices alarmantes e tem no esgoto sua maior causa

Aprovado Fórum de Combate ao Narcotráfico

A Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), aprovou o projeto de resolução que dispõe sobre a criação do Fórum Permanente de Combate ao Narcotráfico e à Macrocriminalidade. Além de constituir-se na reunião de autoridades e especialistas integrantes de instituições de combate e prevenção à área do narcotráfico e do crime organizado, o Fórum objetiva o intercâmbio de experiências operacionais e de referências acadêmicas, o repasse de tecnologias e, ainda, o aproveitamento de trabalhos já desenvolvidos por uma instituição ou corporação que a outros interessem.

São integrantes do Fórum quatro deputados estaduais, o secretário de Estado da

Segurança Pública, o procurador-geral de Justiça, o superintendente regional da Polícia Federal, o comandante-geral da Polícia Federal, o presidente da OAB/SC e o superintendente da Polícia Rodoviária Federal. Também poderão participar dos trabalhos o presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, o prefeito que preside a Associação Catarinense de Municípios, entre outros.

As reuniões serão mensais, normalmente na Assembleia e abertas ao público, podendo ser reservadas sempre que o sigilo for necessário. O Fórum é um entendimento dos integrantes da CPI do Narcotráfico, constituída pela Resolução DP 15/200 para investigar o narcotráfico e o crime organizado.

COMISSÕES

Pensionistas do Ipsc

(foto Jonas Lemos Campos)

O deputado Volnei Morastoni (PT), vice-presidente da Comissão de Saúde, recebeu nesta quarta-feira (6), no Plenarinho da Assembléia, representantes do governo do Estado, Ipsc, Ministério Público e Sindicato dos Servidores Estaduais.

O objetivo do encontro foi discutir a demora do Ipsc em dar parecer sobre o pagamento de pensão aos dependentes de servidores inativos, no caso de falecimento. O governo entende que o servidor inativo, que ganhou na Justiça o direito de não contribuir mensalmente para o Ipsc depois de aposentado, não tem direito ao benefício da pensão. Diante da negativa, muitos dependentes ajuizaram ações contra o instituto previdenciário e tiveram ganho de causa. O problema, segundo Marta Vanelli, do sindicato dos professores da rede estadual, é que, mesmo para dar uma resposta negativa, o Ipsc



Governo e Ipsc assumem compromisso com pensionistas

demorava de quatro a cinco meses.

O secretário da Administração, Celestino Secco, e o diretor financeiro do Ipsc, Paulo Gustavo Salomão, que também participaram do encontro, assumiram o compromisso de emitir parecer sobre os pedidos de pensão dentro de cinco dias após a solicitação.

Morastoni, que vê como uma decisão política do go-

verno o não-pagamento da pensão, acredita que num futuro próximo o governo poderá reconhecer que a pensão é um direito do servidor que contribuiu para a previdência durante os anos em que esteve na ativa. "Precisamos aprofundar a discussão sobre o tema Ipsc a partir de março do ano que vem, já que este ano o assunto não teve a abrangência ideal."

Aprovado parecer ao Orçamento 2001

Reunida nesta quarta-feira (6), a Comissão de Finanças, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), aprovou por maioria o parecer do relator do Orçamento 2001, deputado Paulo Bornhausen (PFL), que continua em discussão na próxima segunda-feira, indo para votação em Plenário na terça-feira (12). Um total de 681 emendas foram apresentadas, 454 oriundas dos parlamentares - 439 individuais e 15 coletivas - e 227 colhidas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Das 227 do OR apenas uma foi rejeitada, e será analisada para adequação. Entre as emendas individuais, seis foram aprovadas e as demais serão motivo de

diálogo com as bancadas, podendo surgir novas emendas.

Bornhausen informou que o montante do Orçamento Regionalizado, estimado inicialmente num valor próximo a R\$ 30 milhões, sofreu uma adequação financeira, ficando os recursos em torno de R\$ 18 milhões. O relator disse ainda que a verba passível de remanejamento no Orçamento do Estado não passa de R\$ 40 milhões, citando como exemplo o setor da agricultura, cujos programas não podem ser remanejados pois fazem parte de contrapartida do Executivo em parceria com diversas entidades. Dos R\$ 7, 4 bilhões do Orçamento, apenas R\$ 700 milhões podem ser investidos em obras para os catarinenses.

CPE dos Presídios

A Comissão Parlamentar Externa (CPE) que investiga a superlotação e os maus tratos em presídios e casas de menores infratores no Estado, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), decide nesta semana o cronograma de trabalhos para este mês, priorizando a visita aos estabelecimentos penais de Joinville e Chapecó, onde morreram oito pessoas em rebeliões ocorridas em novembro.

Mota lembrou que os membros da Comissão já visitaram os presídios de Araranguá e Criciúma. Ele avisou que a CPE pretende formular um anteprojeto, a ser encaminhado ao governo estadual, com a finalidade de restabelecer a tranquilidade da população quanto a rebeliões e fuga em massa de detentos.

Seminário sobre transgênicos

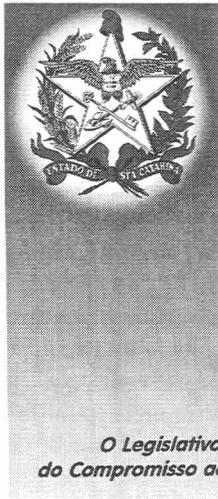
Numa reunião conjunta das Comissões de Agricultura, Direitos Humanos e Saúde, parlamentares e representantes da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Epagri, OAB e Associação Catarinense de Medicina, entre outros, definiram os assuntos relevantes que serão abordados no I Seminário do Século XXI sobre Organismos Geneticamente Modificados - os transgênicos. No início da década de 80 os cientistas tornaram-se capazes de transferir pedaços de informação

genética, chamados de genes, de um organismo para outro. Surgia então a biotecnologia ou tecnologia de DNA, popularmente chamada de transgênicos.

O deputado Jaime Duarte, presidente da Comissão de Direitos Humanos, disse que a preocupação dos parlamentares é discutir amplamente o assunto - que é de interesse de toda a sociedade. "Os cientistas ainda não têm condições de atestar com absoluta segurança os efeitos do cultivo, manipulação ou consumo dos transgênicos," afirmou.

GERAL

Seminário sobre Escola do Legislativo



1º SEMINÁRIO
DA ESCOLA DO
LEGISLATIVO
DO ESTADO
DE SANTA
CATARINA

*O Legislativo Catarinense
do Compromisso ao Comprometimento*

Dando continuidade ao seminário sobre a Escola do Legislativo, a ser implantada a curto prazo no âmbito da Assembleia Legislativa, várias palestras foram realizadas nesta quinta-feira (7).

O diretor da Escola do Legislativo de Minas Gerais, Teófilo Pinto Neto,

discorreu sobre a estrutura da Escola, criada em 1982 com o objetivo de formar profissionais e difundir conhecimentos técnicos legislativos entre os servidores do Poder, além de possibilitar a formação de líderes comunitários. É destinada aos agentes públicos municipais e estaduais que auxiliam o trabalho dos deputados e vereadores.

O professor Alexandre Damasceno discorreu a respeito das atividades da Interlegis do Congresso Nacional, da qual é diretor, abordando temas como treinamento a distância, teleconferências, distribuição de informações e educação continuada. Ressaltou que a intenção da Interlegis, cujo programa está orçado em US\$ 50 milhões, é facilitar a atuação do parlamentar em nível federal, estadual e municipal, fortalecendo o regime democrático.

Já James Carvalho deteve-se sobre a Comunidade Virtual do Poder Legislativo, cuja meta principal é aumentar a eficiência

das Casas Legislativas e incentivar a participação popular através de uma rede de comunicação que contenha informações a respeito das atividades parlamentares.

Século do coração - A palestrante Susan Andrews, graduada em Literatura, em Antropologia, mestre em Psicologia e Sociologia e doutora em Psicologia Transpessoal, alertou para a importância de trabalharmos em conjunto, abrindo nossos corações e mantendo o controle das emoções. Segundo ela, 85% da idéia, para realizarmos um bom trabalho, está na cabeça das outras pessoas. Salientou, ainda, que o amor nos conduz a ter saúde integral, por isso a importância de encontrarmos as ferramentas para desencadear esse sentimento tão fundamental no nosso dia-a-dia. "O século 20 foi o século do cérebro. O século 21 será o século do coração. Nossa consciência não deverá ser de julgamento ou crítica, mas de sentimento de amor."

Pescadores querem facilidades no acesso às linhas de crédito

*Estima-se que
cerca de 30 mil
pessoas no
Estado
exerçam a
pesca artesanal*

Dificuldades de acesso às linhas de crédito no Banco do Brasil e atraso na liberação de recursos do Pronaf foram as principais reclamações dos pescadores que participaram, nesta segunda-feira (4), da audiência pública requerida pelo deputado estadual João Henrique Blasi (PMDB), em conjunto com o deputado federal Edison Andrino (PMDB), da qual participaram técnicos da Epagri, sindicalistas e entidades ligadas ao setor da pesca e da aquicultura no Estado.

Segundo o presidente da Federação das Colônias de Pesca de Santa Catarina, Ivo da Silva, o maior problema tem sido a liberação dos recursos. O governo cria



Deputados Andrino e Blasi

uma grande expectativa em relação ao financiamento e quando o pescador procura uma agência bancária, o dinheiro nunca está lá, justifica.

O assessor técnico do BB, Mauri de Andrade, reconhece as dificuldades, mas esclarece que o repasse dos recursos não depende única e exclusivamente do banco. Todos os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), liberados via BNDES,

explica, e o dinheiro é liberado à medida que os projetos são aprovados e as condições dos pescadores preenchidas. Disse, ainda, que a inadimplência acaba prejudicando os financiamentos à categoria.

Quanto ao apoio técnico por parte da Epagri, o representante do órgão, Mauro Roczanski, afirmou aos pescadores que há unidades disponíveis para atendimento em quase todos os municípios. No entanto, não soube precisar quantos projetos estão em andamento em parceria com eles.

"O problema é institucional, ressalta Andrino, lamentando o fato de a pesca estar ligada ao Ministério da Agricultura e defendendo uma pasta específica para o setor, como acontece em países exportadores de pescado.

Blasi considerou positivo o encontro pela aproximação entre produtores e órgãos de assistência técnica e de financiamento, conclamando os pescadores a cobrar das autoridades recursos para o setor.

PLENÁRIO

Novas Varas na comarca de Joinville

A criação na Comarca de Joinville da 2ª Vara da Família, 2ª Vara Criminal, 5ª Vara Civil e a designação de mais três juízes substitutos para atuarem como colaboradores nas demais Varas estão sendo solicitadas pelo deputado Adelor Vieira (PMDB) ao presidente do Tribunal de Justiça. Bem como o preenchimento dos seis cargos de técnicos judiciários já criados, para reforçar o quadro do Juizado Especial, Vara dos Feitos da Fazenda, Infância e Juventude a partir do mês de janeiro próximo.

Adelor explica que a única Vara da Família e Órfãos exis-

tente em Joinville acumula cerca de 5.500 processos, e a Vara da Fazenda Pública tem 13.468 processos em tramitação. "Entendemos que o ideal seria a criação de mais dez Varas para a Comarca de Joinville, para que o Judiciário possa funcionar a contento. Vale lembrar que na Capital já existe muito mais que isto, se considerarmos as Varas que estão funcionando no Estreito e na universidade", salientou.

Diante desses fatos, Adelor vai propor convite ao presidente do TJ para que



Deputado Adelor Vieira

compareça à Assembléia a fim de esclarecer os trabalhos da Justiça nos municípios da região Norte e a implantação das Casas da Cidadania.

Avaliação de alunos

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) fez um pedido de informação à secretária da Educação sobre os procedimentos relativos à avaliação dos alunos da rede estadual de ensino. O documento foi motivado por um abaixo-assinado dos professores da Escola de Educação Frederico Hardt, de Indaial, que questionam a não-discussão das mudanças impostas por aquela Secretaria em pleno transcurso do ano letivo. Diz que as novas normas estão causando descontentamento, angústia, insegurança e desconfiança por parte de professores e alunos.

Operação Norte Seguro

A Operação Norte Seguro foi objeto de duas moções encaminhadas ao governador do Estado e ao secretário da Segurança Pública pelos deputados Francisco de Assis (PT) e Nilson Gonçalves (PFL). Assis solicitou que sejam lotados em Joinville os policiais e viaturas utilizadas na Operação Norte Seguro, justificando que se trata da maior cidade catarinense, com cerca de 400 mil habitantes e tendo o terceiro maior parque industrial do Sul do País, para aonde ocorrem muitas pessoas em busca de emprego.

"Com a Operação Norte Seguro, Joinville recebeu um adicional de 157 policiais, três

viaturas, um helicóptero, 11 motos, 26 cavalos e quatro cães. Com isso a população se sentiu mais segura, já que Joinville, embora sendo a cidade mais violenta do Estado, teve significativa redução da criminalidade", disse o deputado petista.

Por sua vez, o deputado Nilson Gonçalves solicitou a continuidade da Operação em Joinville, já que o seu encerramento está previsto para o dia 3 de dezembro próximo. Justifica o pedido dizendo que a cidade tornou-se mais segura com a atividade extra da polícia, correspondendo às expectativas da população.

Nova CPE para Combustíveis

O deputado Nelson Goetten (PPB) apresentou requerimento solicitando a constituição de Comissão Parlamentar Externa, composta de sete membros, para, no prazo de 60 dias, examinar e analisar a variação de preços dos combustíveis.

A chamada CPE dos Combustíveis, presidida por

Goetten, teve seus trabalhos encerrados por força regimental, já que o prazo para os trabalhos é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. O pedido para nova Comissão deve-se ao fato de que o assunto não foi esgotado. Goetten entende que a Assembléia não pode omitir-se diante deste problema

Segurança e saúde

O deputado Ronaldo Benedet, líder do PMDB, encaminhou indicação ao governador do Estado reivindicando a adoção de medidas para coibir a violência no distrito de Rio Maina, em Criciúma. "As lideranças empresariais e comunitárias estão apreensivas com a falta de segurança no local. O governo precisa atender ao apelo dessas pessoas que sofrem diariamente com a violência urbana", justifica.

O parlamentar propõe a instalação imediata de distrito policial, a construção de uma delegacia de polícia e o aumento do efetivo de policiais nas ruas, principalmente nas imediações dos estabelecimentos escolares.

Saúde – Ainda ao governador o parlamentar indaga sobre os investimentos que o Tesouro do Estado fez na área da saúde a partir de 1º de janeiro de 1999 até a presente data.

Quer saber qual o dispêndio em custeio com folha de remuneração, medicamentos, equipamentos e construções; o valor dos recursos que o Fundo Estadual de Saúde recebeu do Fundo Nacional; o valor que o Tesouro do repassou ao Fundo Estadual de Saúde e o respectivo percentual em relação à receita estadual; e o valor que o Fundo repassou mensalmente às entidades conveniadas para prestação de serviços de saúde, discriminando as entidades.

Aleitamento materno

Aprovado projeto de lei da deputada Odete de Jesus (PL), que inclui no calendário oficial do Estado a *Semana do Aleitamento Materno*, marcada para a segunda semana do mês de maio. A proposta determina ainda que o governo estadual promoverá neste período a campanha de esclarecimento à população sobre a importância do leite materno para a saúde do lactente.

ESPECIAL

AL faz homenagem ao Dia do Voluntário

(foto Jonas Lemos Campos)



Deputado Bornhausen e Maria da Luz Gomes

Para prestar uma homenagem ao voluntário, ou seja, *todo cidadão que, motivado por valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causa de interesse social e comunitário*, a Assembléia realizou no início da noite desta segunda-feira (4) uma sessão solene, requerida pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL).

O Dia Internacional do Voluntariado foi criado pela Organização das Nações Unidas em 5 de dezembro de 1986. No Brasil, esta data vem sendo comemorada com maior amplitude desde o início da década de 90, incentivada pelo falecido sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Segundo Bornhausen, o voluntariado é uma característica das entidades do terceiro setor, no qual o nível de participação é muito grande, e o ano de 2001 será destinado a todos os tipos de voluntários.

O representante da Associação Catarinense dos Bombeiros Voluntários, Lauro Salvador, destacou a atuação da categoria, que está presente em vários municípios de porte médio do Estado, lembrando que mesmo o vertiginoso avanço da tecnologia não conseguiu diminuir o trabalho dos voluntários, que se preocupam com seus semelhantes e desejam melhorar a qualidade de vida dos mais necessitados.

A senhora Maria da Luz Gomes, em nome das Voluntárias do Hospital Infantil Joana de Gusmão, foi homenageada com uma placa pelos 25 anos de existência daquela associação. A sessão foi encerrada pelo presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), que também elogiou o trabalho dos voluntários catarinenses.

Lançada Cartilha do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente

Representantes dos Conselhos Tutelares e da Criança e do Adolescente de diversas regiões do Estado, das secretarias de Justiça e Educação e de ONGs ligadas ao tema estiveram na tarde desta quinta-feira (7), no Plenarinho, participando de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jaime

Duarte (PPS), quando foi lançada uma cartilha com os principais artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, 10 anos após sua criação.

Para discutir as ações, que visam combater o trabalho infantil, violência e exploração sexual, evasão escolar, atenção aos menores infratores, entre outros, o promotor da Infância e Juventude,

Gercino Gomes Neto, e a advogada Rosângela de Souza, integrante do Comitê Catarinense Independente sobre o Trabalho Infantil, discorreram sobre o tema e responderam aos questionamentos da plenária.

Militante política, Rosângela informou que tribunais realizados em seminários internacionais responsabilizaram o neoliberalismo pelo aumento do trabalho infantil no mundo. Citando dados oficiais que mostram a situação caótica da criança em SC e no país, a advogada frisou que somente o fortalecimento do serviço público e a redistribuição de renda irão proporcionar condições de vida dignas às futuras gerações.

Gercino lamentou que os governos, nas três esferas, não tenham vontade política de solucionar o problema, ressaltando que a violência policial e a desnutrição infantil precisam ser radicadas.

Duarte afirmou que, para colocar em prática o Estatuto, apresentou um projeto, aprovado e encaminhado ao Governador, proibindo o firmamento de convênios do governo do Estado com municípios que não mantiverem em funcionamento os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Tutelar.

Agenda

Dias 8 e 9, às 9h – Encontro Estadual de Vereadores

Local: Plenário

Dia 11, às 11h – Integrantes da CPI da Sonegação visitam Conselho Estadual de Contribuintes.

Local: Florianópolis

Dia 11, às 19h – Sessão solene em comemoração ao 25º aniversário da Embrapa – suínos e aves.

Local: Plenário

Dia 11, às 20h – Abertura de coletiva de artes plásticas.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 12, às 14h – Sessão especial com o Secretário da Segurança Pública e o Comandante da PM para esclarecimentos na área de segurança pública no Estado, especialmente em Joinville.

Local: Plenário

Dia 13, às 9h – Audiência pública com o TRE para debate, sugestões e medidas para aprimoramento do sistema eletrônico de votação.

Local: Plenarinho

Dia 13, às 20h – Sessão solene em comemoração aos 40 anos de criação da UFSC.

Local: Plenário

Dias 14, às 14h – Encontro das Organizações Interparlamentares no Mercosul.

Local: Plenário